



GRUPO PARLAMENTAR

Exm.ª Senhora
Presidente da Comissão de Saúde
Deputada Maria Antónia Almeida Santos

Entendeu o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em entrevista hoje concedida ao *Diário de Notícias*, efetuar um conjunto de declarações da maior relevância na área da saúde.

De entre as referidas declarações destacam-se o ‘anúncio’ da abertura de três novos cursos de medicina, já nos próximos dois anos, e, bem assim, a defesa da redução da formação na especialidade de medicina geral e familiar, aliás com o argumento de que “a medicina familiar (...) tem um nível de formação menos exigente do que a formação de médicos especialistas” (sic).

O Partido Social Democrata considera que algumas das declarações do referido governante são totalmente incompreensíveis, para não dizer mesmo inaceitáveis, na medida em que uma sua eventual concretização poderia comprometer a exigência do ensino e da formação em medicina geral e familiar.

E, para o PSD, a especialidade de medicina geral e familiar deve ser valorizada e a qualidade do seu ensino reforçada, ao invés de se adotarem soluções de enganador facilitismo, que poderão, ao invés, contribuir para a degradação das condições de formação dos profissionais médicos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e, conseqüentemente, piorar o acesso dos utentes aos cuidados de saúde.

Nesta conformidade, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer que a Comissão de Saúde delibere ouvir as seguintes entidades:

1. Conselho de Escolas Médicas Portuguesas (CEMP);
2. Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar (APMGF);
3. Ordem dos Médicos (OM);
4. Sindicato Independente dos Médicos (SIM);
5. Federação Nacional dos Médicos (FNAM).

Palácio de S. Bento, 2 de setembro de 2021

Os Deputados,
Ricardo Baptista Leite
António Maló de Abreu
Rui Cristina
Sandra Pereira